

A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO URBANO E O COMÉRCIO A PARTIR DA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA, RECIFE/PE

LA RELACIÓN ENTRE EL ESPACIO URBANO Y EL COMERCIO A TRAVÉS DEL MERCADO LIBRE DE CASA AMARELA, RECIFE/PE

Rogério Luiz Souto CAVALCANTI¹

RESUMO

Uma Feira Livre, algumas histórias, esse título pode ser aplicado a certas feiras livres da cidade do Recife/PE. No entanto, esse artigo versa sobre a relação entre o espaço urbano e o comércio por intermédio da Feira Livre de Casa Amarela, que pelo espetáculo da montagem de suas barracas pelos feirantes desperta a curiosidade das pessoas que frequentam ou, que simplesmente, passam por este ambiente composto por aromas, cores e sons particulares. Assim, o texto é estruturado a partir de uma revisão bibliográfica sobre o contexto histórico da feira livre em questão. Portanto, esperamos que os relatos descritos nesse artigo possam contribuir de alguma maneira para a trajetória de existência da Feira Livre de Casa Amarela e sua importância no cenário urbano recifense.

Palavras-chave: Feira Livre, Casa Amarela, Espaço Urbano, Comércio.

RESUMEN

Un Mercado Libre, algunas historias, este título se puede aplicar a ciertos mercados libres de la ciudad de Recife/PE. Sin embargo, este artículo se centra en la relación entre el espacio urbano y el comercio a través del Mercado Libre de Casa Amarela, que, por el espectáculo en el montaje de sus puestos de comercio organizado por los vendedores, despierta la curiosidad de las personas que frecuentan el lugar o que simplemente pasan por este ambiente compuesto de aromas, colores y sonidos particulares. De este modo, el texto se estructura a partir de una revisión de literatura sobre el contexto histórico del mercado libre en cuestión. Así, esperamos que los relatos descritos en este artículo pueden contribuir de alguna manera sobre la trayectoria de la existencia del Mercado Libre de Casa Amarela y su importancia en el entorno urbano de Recife.

Palabras-clave: Mercado Libre, Casa Amarela, Espacio Urbano, Comercio.

1. INTRODUÇÃO

Bernardo (2014), em seus escritos, relata o espetáculo da montagem das feiras livres nas áreas urbanas composto pelos seus aromas, suas cores e seus sons particulares que despertam a curiosidade das pessoas que frequentam ou, que simplesmente, passam por este ambiente. Entretanto, a sua trajetória de existência e de manutenção, ou como podemos afirmar, de

¹ Geógrafo, mestre em Desenvolvimento Urbano pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE). Membro associado do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU/UFPE). E-mail: cavalcanti_rg@yahoo.com.br

sobrevivência, bem como as suas múltiplas funcionalidades demonstram que as feiras livres não desempenham apenas a atribuição de abastecer gêneros alimentícios para as áreas urbanas, mas também desempenham o papel socioeconômico, cultural e político.

A partir de então, é com esse entendimento prévio sobre as múltiplas funcionalidades das feiras livres nos espaços urbanos que o objetivo central deste artigo é analisar a relação entre o espaço urbano e o comércio a partir da contextualização histórica do processo de formação da Feira Livre de Casa Amarela, localizada na zona norte da cidade do Recife/PE. É oportuno ressaltar que, apesar de relevantes estudos sobre o bairro e sua feira livre, a existência de lacunas documentais encontradas sobre os temas, especialmente em bibliografias especializadas sobre as feiras livres no Recife, limita-nos a alçar maiores voos. Dessa forma, acreditamos que a presente pesquisa deva lançar breves olhares sobre as áreas até então pouco iluminadas nas pesquisas acadêmicas. Contudo, esperamos que os relatos descritos nesse artigo possam contribuir de alguma maneira para a trajetória de existência da Feira Livre de Casa Amarela e sua importância no cenário urbano recifense.

A relação de proximidade entre pesquisador e objeto, nesse caso a Feira Livre de Casa Amarela, no momento da pesquisa, é bastante delicada e, muitas vezes, torna-se um impasse ético diante dos objetivos que queremos alcançar. Dessa forma, foi necessário praticar o distanciamento para construir um outro olhar sobre o ambiente e possibilitar a visualização de detalhes, às vezes invisíveis diante da nossa familiaridade perceptiva com o universo da feira. Além disso, esta relação de proximidade foi fundamental para obter muitas das informações a respeito do objeto empírico, o que tornaram as conversas agradáveis.

Nesse sentido, inicialmente utilizamos a fenomenologia como base perceptiva do recorte espacial analisado. Como resultado disso, intencionalmente mudamos nosso foco sobre a Feira Livre de Casa Amarela ao introduzirmos uma intenção de captarmos outros olhares sobre o nosso objeto e suas relações. Nas palavras de Sokolowski (2004, p. 87), “introducimos novas intencionalidades baseadas nas percepções”. Na concepção do autor, percebemos todas as movimentações, as marcas e os elementos que compõem nosso objeto, mas o projetamos de um novo modo. Ao passo que, nesta pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados foram voltados para uma abordagem de natureza qualitativa que teve como fonte principal os relatos obtidos por intermédio de entrevistas realizadas com os feirantes estabelecidos na Feira Livre de Casa Amarela, recorte geográfico da pesquisa, bem como de técnicos da Companhia de Serviços Urbanos (CSURB), vinculada à Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) responsáveis pela gestão pública urbana dos ambientes das feiras livres na cidade.

Sendo assim, por intermédio da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os feirantes e os gestores municipais, decodificamos os consensos e dissensos sobre as múltiplas realidades mostradas pelos agentes socioespaciais descritos. Por um lado, os feirantes demonstraram suas realidades cotidianas, alguns amparados em histórias do passado e do presente e, muitas vezes, pensando em melhorias para o futuro. Diante desse contexto, refletiram e descreveram os aspectos positivos e negativos relacionados ao espaço da Feira Livre de Casa Amarela. Por outro, no caso da gestão pública urbana, os entrevistados, apesar de colocarem suas visões técnicas, mostraram-se preocupados com os inúmeros feirantes distribuídos pelo Recife. Nessa perspectiva, alguns pontos convergiram para a melhoria do ambiente das feiras, em particular na Feira Livre de Casa Amarela.

2. A CIDADE X O COMÉRCIO - UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A CIDADE DO RECIFE/PE

Olhar do urbanismo sobre a ótica da relação espaço urbano x comércio, possibilita compreender e elucidar, de maneira geral, os impactos, as contradições e, principalmente, as transformações decorrentes do capitalismo na história das cidades e das atividades comerciais. Nesse contexto, a perspectiva de compreender esta relação inclui os diversos agentes socioespaciais varejistas (ambulantes a *shopping centers*), bem como suas localizações e a visualização das atividades comerciais enquanto lógica do desenvolvimento econômico e social.

Desse modo, nas palavras de Vargas (2000, p. 2):

A observação e o estudo do comércio oferecem a possibilidade de compreender as sociedades que o praticam; seu modo de vida; os produtos que fabricam e consomem; habilidades contábeis; capacidade inventiva e criativa; preferências por cores, sabores, odores; capacidade de organização e objetividade; tecnologias envolvidas; enfim, suas bases culturais.

Portanto, nessa condição, diversas abordagens são possíveis para a análise do tema em questão. Nesse sentido, Nóbrega (2002) aponta três abordagens viáveis em relação ao território urbano e o comércio:

a) abordagens econômicas, relacionando as atividades comerciais urbanas às diversas teorias econômicas, b) estudos socioculturais, nos quais as diversas questões de sociabilidade envolvendo o comerciante e o consumidor são analisadas, c) estudos semióticos que tratam da imagem e representação do comércio no espaço urbano [...]. (NÓBREGA, 2002, p. 5-6)

Dentre as abordagens descritas, notadamente a aproximação com os contextos econômico e sociocultural ganham evidência na maioria dos estudos relacionados às atividades comerciais. Nesse sentido, para Vargas (2000) as atividades comerciais surgem, historicamente,

a partir da origem das relações humanas, que inicialmente estiveram associadas à ideia de troca – saberes, palavras, experiências e sensações.

É partindo desta lógica econômica, como cenário de destaque, que apontamos a contribuição das atividades comerciais para a formação dos espaços urbanos, mesmo considerando suas especificidades no momento de abordá-las. Nesse sentido, Weber (1999), define as cidades, do ponto de vista sociológico, a partir de sua natureza econômica. Para ele, as cidades estão baseadas em dois fundamentos, na primeira perspectiva relacionado à existência de uma sede-territorial, que apresenta, muitas vezes, uma produção industrial e comercial na qual é fonte de renda para a população; enquanto a segunda centra-se na troca de bens para satisfazer as necessidades dos moradores. Este último componente encontra-se essencialmente associado à existência de um mercado, no entanto conforme Weber (1999, p. 409 – grifos do autor) “nem todo ‘mercado’ transforma o lugar em que realiza em uma ‘cidade’.

Medeiros (2010), em seu estudo sobre a dimensão geográfica e a existência cotidiana nas feiras livres em Belém, Pará (PA), destaca que a formação histórica e a consolidação da expansão urbana da cidade, no período colonial, ocorreram devido às atividades comerciais, em especial à margem do rio “*nos quais o rio se estabeleceu como o caminho principal das transações comerciais entre as cidades amazônicas e as demais regiões do mundo*” (MEDEIROS, 2010, p. 61).

Para pensarmos sobre essa relação (cidade x comércio), vamos tomar o exemplo da cidade de Belém/PA, que teve as atividades comerciais aliadas ao rio como condicionantes em sua formação e evolução urbana. Do mesmo modo, a cidade do Recife/PE, que também teve a sua formação e sua evolução urbana baseada em seu sítio urbano, que favoreceu a construção do porto, associado às influências das atividades comerciais realizadas no espaço intraurbano recifense.

Porém, a construção da cidade sobre a dimensão comercial, muitas vezes, não revela as origens ou parte da história da cidade (BOMPASTOR, 1994). Nesse sentido, é importante ressaltar que Bompastor (1994) nos conduz a refletir que a história de formação das cidades pelas atividades comerciais está associada aos sujeitos atuantes desse processo histórico, ou melhor, aos comerciantes.

De acordo com Bione (1999), a posição geográfica privilegiada do Recife e as suas características naturais, ancorada pelos arrecifes, condicionou a cidade ser portuária e, em consequência disto, os bairros de Santo Antônio e do Recife como complexos dirigidos a atividades econômicas urbanas, de caráter regional e local respectivamente. Com isso, historicamente, a dinâmica socioterritorial da cidade foi pautada, entre outras ações, pelas atividades ligadas ao setor terciário, em especial no tocante às atividades comerciais, instaladas nos bairros centrais, a exemplo do Recife, São José e Santo Antônio (figura 1). Isso porque, os

fluxos de pessoas e de mercadorias tornaram-se intensos a partir do século XVII, na área portuária da cidade (MELO, 2011).

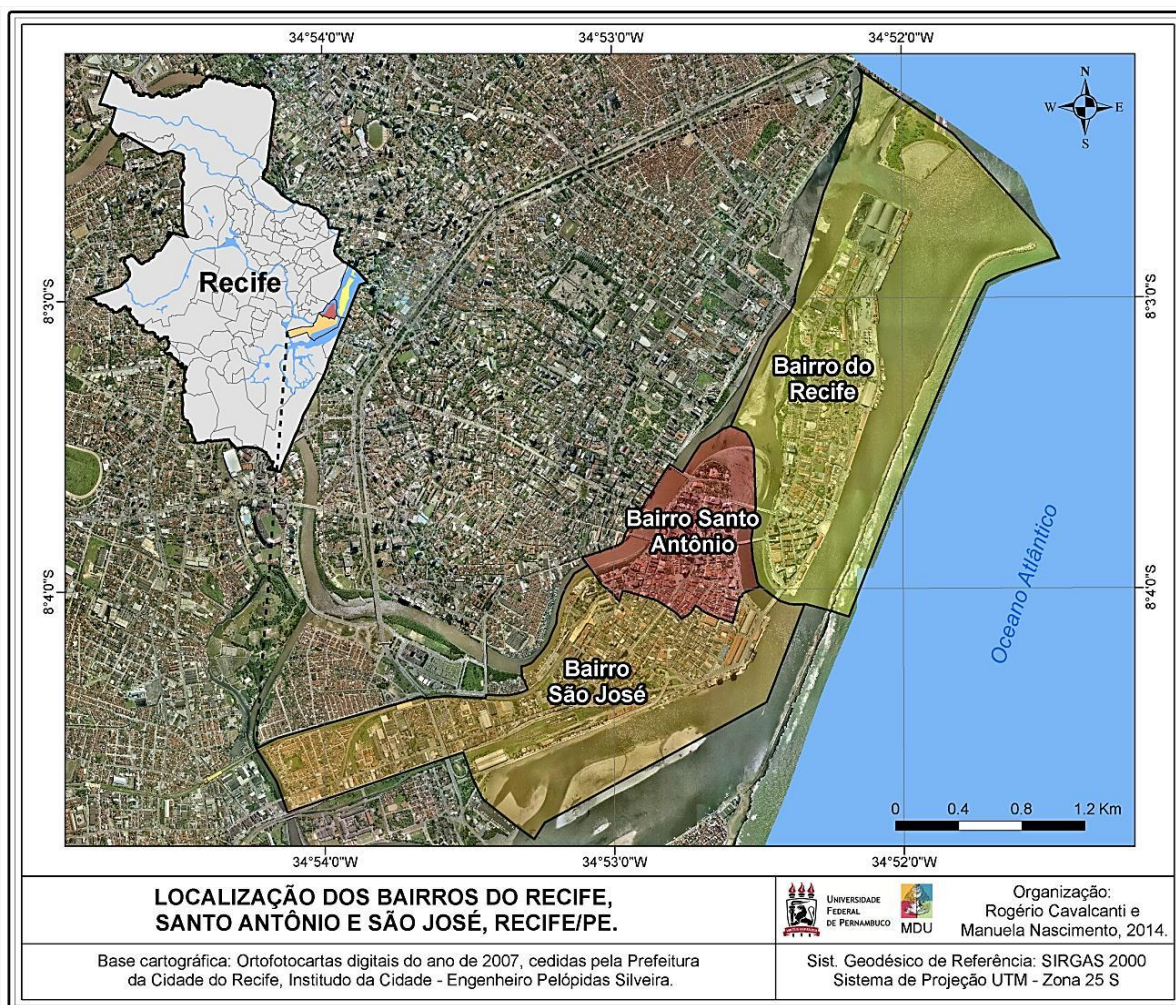


Figura 1 – Localização dos bairros do Recife, de Santo Antônio e de São José, área central da cidade do Recife/PE

Organização: Rogério Cavalcanti e Manoela Nascimento, 2014

A propósito, Castilho (1998) acrescenta que a formação histórica do Recife foi influenciada pelas atividades portuárias concentradas, desde o século XVII, no bairro do Recife. Na visão de Campos (2002), “o comércio atacadista associado às atividades portuárias encontra-se situado em sua maior parte no bairro do Recife”. Para Campos (2002), o centro da cidade apresentou, na época em questão, importância como eixo articulador da produção canavieira para o mercado externo.

Além das visões descritas sobre a importância comercial do centro da cidade do Recife, Araújo (2012) posiciona-se a respeito dos condicionantes geográficos, históricos e econômicos ao afirmar que:

a) à localização geograficamente estratégica do Recife no contexto da Região Nordeste e à sua condição de cidade portuária, que a fez logo cedo atrativa para migrantes originários de cidades do interior ou de localidades do meio rural; b) à herança histórica comumente relacionada à cultura do açúcar e à quantidade de trabalhadores libertos da escravidão que necessitavam de meios para sobreviver; e c) ao desequilíbrio histórico entre a oferta e a demanda de mão de obra, que caracteriza o mercado de trabalho nordestino e é fruto do sistema capitalista periférico que no Nordeste apresentou os seus efeitos perversos mais acentuados. (ARAÚJO, 2012, p. 30-31)

Com isso, as áreas representadas no mapa 1, retratam os principais bairros (São José, Santo Antônio e Recife) da “Cidade dos Mascates” (BOMPASTOR, 1994) que detinham, no período colonial, a maior concentração populacional e, também, comercial do Recife. Posteriormente, com a distribuição da população entre os subúrbios e os arredores a figura dos mascates e vendedores ambulantes tornaram-se importantes. Esse fato ganha relevância devido as precariedades dos sistemas de comunicação e de transporte, os altos preços dos produtos básicos e do estilo de vida recluso das mulheres da época (BOMPASTOR, 1994). Para a autora,

Comercializando em pontos fixos – praças, esquinas e pátios – ou perambulando pelas ruas, os vendedores ambulantes ofereciam uma variedade enorme de produtos que iam desde alimentos básicos, até livros. (BOMPASTOR, 1994, p. 31)

Na perspectiva apontada pela autora, o desenho de Lauro Villares (figura 2), que compõe a obra *‘Recife, Um álbum de família’* de Edvaldo Arlego, publicado em 1987, ilustra a comercialização de frutas no Cais da Regeneração, atual Rua Martins de Barros. Esta prática de comercialização de rua, bastante comum no período colonial, teve alteração quando o governo holandês no Recife, em 1635, projetou a construção de um mercado com a finalidade de acomodar os comerciantes de rua na época (MELLO, 2007). De acordo com Nóbrega (2002), a construção do mercado visava, sobretudo, abrigar, de maneira permanente e menos precária, os comerciantes de rua que estavam localizadas na Praça da Polé², atual Praça da Independência.

Entretanto, ainda segundo Nóbrega (2002), os comerciantes localizados na Praça da Polé ainda se mantiveram comercializando seus gêneros alimentícios na praça por determinação do então governador Diogo Lôbo da Silva até o meio-dia. Dessa forma, no espaço da praça, junto ao mercado, ocorre a primeira feira da praça recém-inaugurada.

De modo geral, a preocupação dos governantes com as feiras, e sobretudo pela construção dos mercados, estava associada ao controle das condições sanitárias e de saúde da população, especialmente a partir do século XIX. Esta política de construção de mercados influenciou ações similares em outras cidades brasileiras, que passaram a ser recuperados para

² Segundo o relato do historiador Mauro Mota (1946), o mercado construído para abrigar os comerciantes de rua não teve êxito.

suas reutilizações como abastecimento do cotidiano, bem como para novas utilizações, especialmente como polos gastronômicos para os trabalhadores, visitantes e turistas.

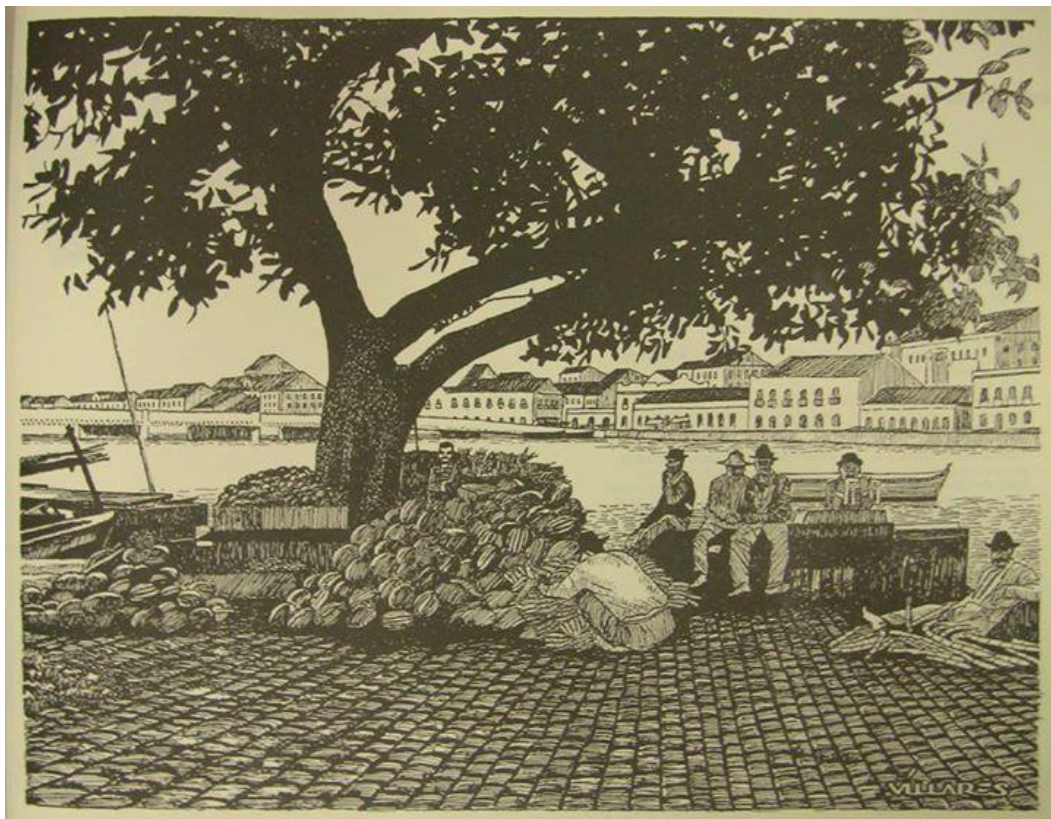


Figura 2 - A comercialização de frutas no Cais da Regeneração, atual Rua Martins de Barros
Fonte: Edvaldo Arlego, 1987. Ilustração: Lauro Villares

Na ilustração de Luis Schlappriz³ (figura 3), podemos observar a realização da atividade comercial, provavelmente uma feira, no pátio da Penha, área central do Recife. Com isso, demonstra como o abastecimento por intermédio das feiras e dos mercados públicos (cobertos ou descobertos) passam a apresentar uma importância na área urbana.

³ Segundo alguns registros, o suíço Luis Schlappriz chegou ao Recife em março de 1858. Por sua vez, o suíço atuou no Brasil como pintor e litógrafo (profissional que realiza gravuras em pedra) e retratou, aproximadamente, 30 imagens que traçavam o panorama paisagístico, além dos costumes do Recife no século XIX.

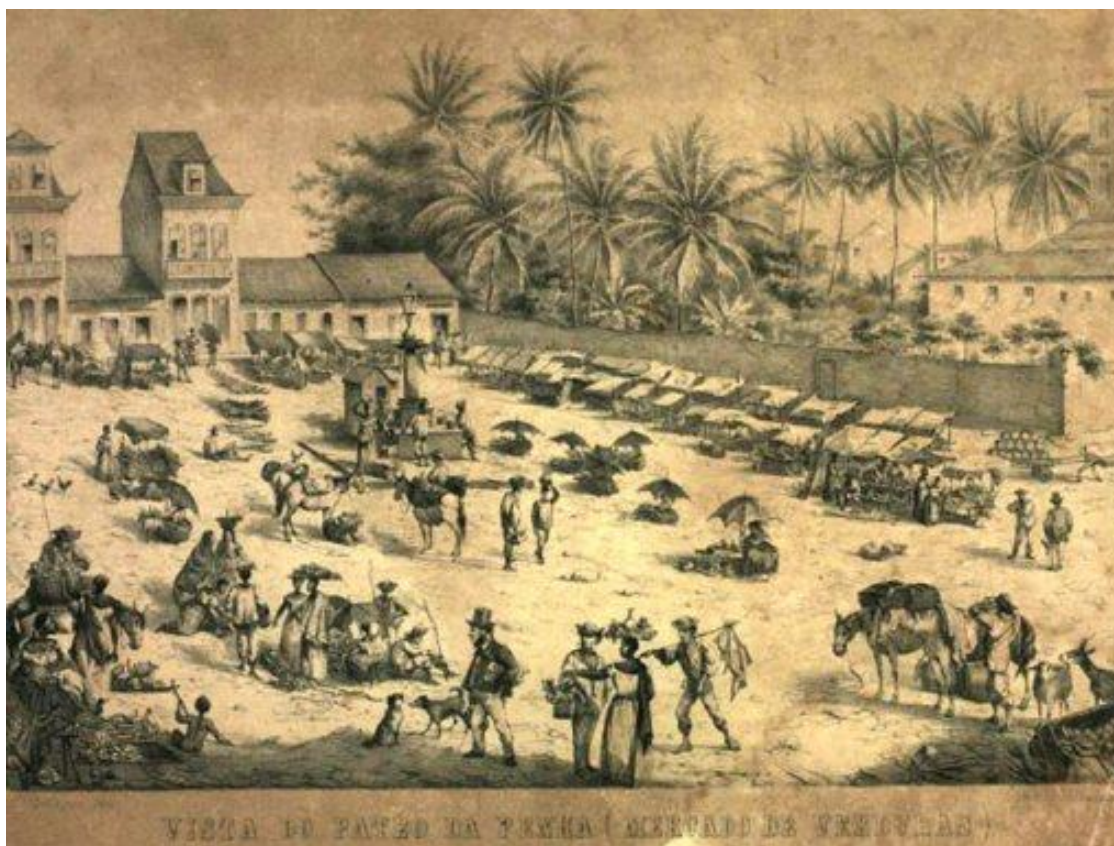


Figura 3 - A realização da atividade comercial, provavelmente uma feira, no pátio da Penha, área central do Recife

Ilustração: Luis Schlappriz, 1863

As obras de Luis Schlappriz e Lauro Villares, mesmo retratando épocas distintas, refletem a comercialização nas ruas da área central da cidade do Recife, que segundo Catarino (1985), no século XIX, a Câmara de Vereadores da cidade do Recife preocupada com o comércio ambulante, que aos olhos dos progressistas vereadores da época era uma atividade fundamentalmente colonial, iniciaram a construção de mercados cobertos para abrigar os comerciantes ambulantes. Com isso,

[...]; estes mercados deveriam ser assim distribuídos: - no bairro de Santo Antônio: Largos ou Praças do Carmo, da Penha e do Hospital; - no bairro do Recife: Junto ao Cais da Lingueta; - e, no bairro da Boa Vista: no Largo da Matriz. (CATARINO, 1985, p. 15)

Desse modo, por trás das marcas dessas construções dos mercados cobertos e da transferência dos comerciantes de rua, estão as formas de higienização da cidade com a proibição do comércio de rua nas áreas centrais do Recife. O próprio autor argumenta que a urbanização na época não acontece de maneira “neutra”, em outras palavras, esta ação acontece como expressão de interesses de alguns grupos sociais.

Catarino (1985, p. 15) reporta o trecho na medida em que a Câmara Municipal da época veta o comércio de rua:

Absolutamente vetado e proibido aos referidos virandeiros, e quitandeiros, venderem em diferentes lugares, e pelo meio das ruas (...) e os que transgredirem serão condenados em mil réis, pagos a Cadeia, ficando ao cuidado dos Juízes Almotaceis a observância disto.

Segundo Bompastor (1994), essa política de ordenamento comercial tinha como preocupação modificar a imagem do Recife, considerada uma cidade atrasada e de desordem por causa da população pobre que residia nas áreas centrais e dos comerciantes ambulantes. Dessa forma, intervenções e normas disciplinadoras foram colocadas em prática. Entre elas, estão: a elaboração de leis repressivas aos comerciantes ambulantes; a construção de mercados e restrição de locais do comércio de rua; exigir o pagamento de taxas e concessões de licenças comerciais; e organização das feiras fixas.

Esse tipo de medidas atende,

o ponto central que leva a municipalidade a tentar disciplinar e reprimir o comércio ambulante passou a ser a visão de que este tipo de atividade se chocava diretamente com os padrões de 'beleza', 'civilização' e 'desenvolvimento urbano' da época, além do fato da concorrência que ele estabelecia com setores do comércio formal da cidade. (BOMPASTOR, 1994, p. 37 – grifos da autora)

Passados alguns séculos, aparentemente o choque entre o comércio formal e os ambulantes, destacado pela autora, não teve suas estratégias modificadas. Em outras palavras, esse processo continua a ser visualizado nas áreas centrais da cidade do Recife como uma verdadeira ação "higienizadora", uma vez que expulsam e apreendem as mercadorias dos ambulantes com a justificativa de (re)ordenar os espaços públicos, mas que, em tese, seja para minimizar a concorrência entre os agentes envolvidos.

O papel da concorrência entre os setores formal e informal, por sua vez, impulsiona significativas instalações de empreendimentos comerciais formais em locais estratégicos da cidade. Alves (2009), ao analisar o valor do solo na evolução urbana do Recife, aponta, por exemplo, que a instalação do supermercado Bompreço no bairro de Casa Amarela (figuras 4 e 5), em 1966, aconteceu na perspectiva de atender as necessidades alimentícias dos moradores das proximidades.



Figura 4 – Primeira loja da rede Bompreço, no bairro de Casa Amarela, Recife no ano de 1966
Fonte: <http://www.icpm.com.br/> <acessado em 02 de abril de 2013>

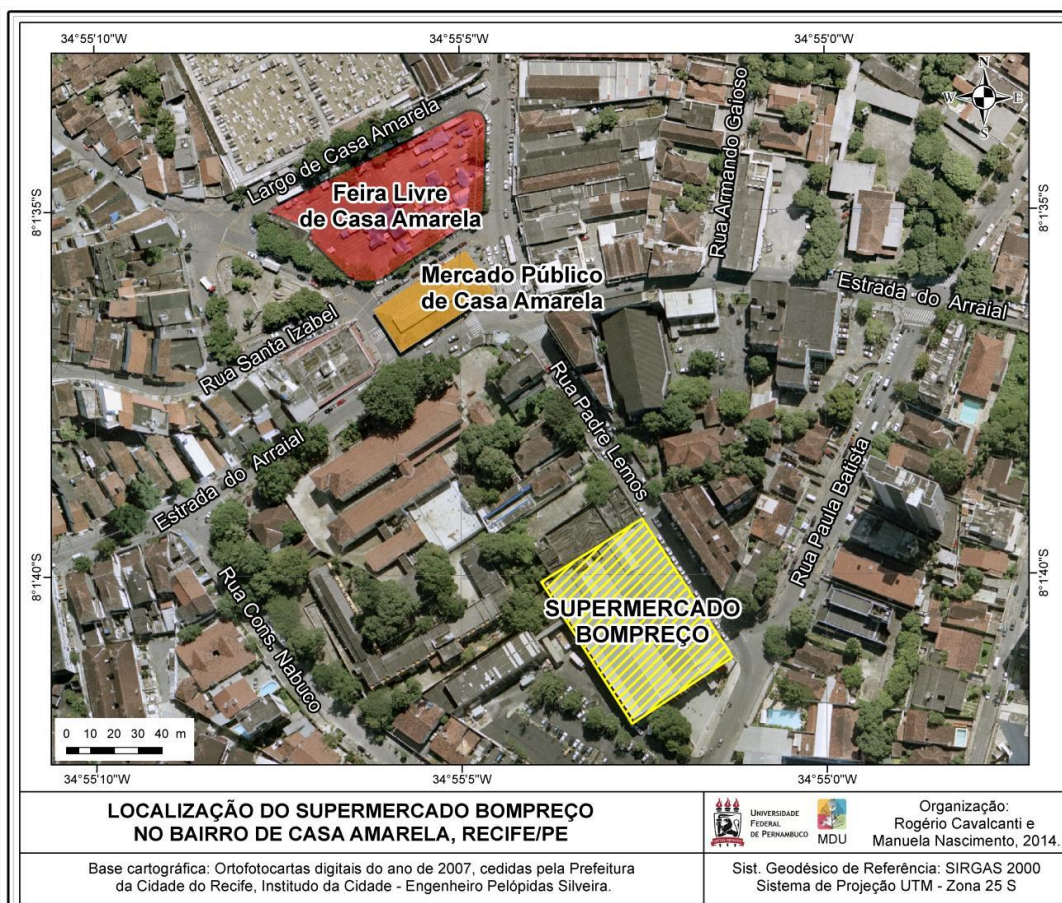


Figura 5 – Localização do Supermercado Bompreço no bairro de Casa Amarela, Recife/PE
Organização: Rogério Cavalcanti e Manuela Nascimento, 2014

Esta escolha refere-se à instalação do hipermercado descrito nos faz lembrar da teoria de localização espacial formulada por Christaller, em 1933. De acordo com Cleps (2004), Christaller desenvolveu um modelo hexagonal em que seus vértices são representados pela quantidade e variedade dos bens ofertados; poder de compra da população; e distância econômica (preço do bem, custo e tempo de deslocamento. Em outras palavras, a polarização espacial das atividades econômicas exercia/exerce a funcionalidade de centros distribuidores de bens e serviços, complementando, dessa forma, as divisões espaciais impostas pelos setores econômicos e dinamizando as práticas sociais nos núcleos urbanos.

Para Castilho (1998 p. 56), essa lógica envolve “os consumidores [que] buscam os serviços que se acham mais perto possível deles com o intuito de minimizar os custos com transporte”. Essa questão envolve, pois, fatores localizacionais.

Para complementar este entendimento, Cleps (2004) com base em Vargas (1992) aponta um conjunto de oito princípios básicos para o estabelecimento da escolha localizacional de um empreendimento comercial, são eles:

1. Potencial da área: representado pelo volume de negócios que podem ser gerados no local escolhido;
2. Acessibilidade: vias e meios de transportes disponíveis;
3. Potencial de crescimento: obtido através de análise do potencial de crescimento demográfico e da renda da população;
4. Intercepção de negócio: localização entre moradias e compras habituais;
5. Atração cumulativa: compras comparadas, especializadas;
6. Compatibilidade: correspondendo às compras associadas;
7. Minimização de riscos de concorrência: análise do local para identificar a concorrência;
8. Aspectos microeconômicos: os custos de funcionamento. (CLEPS, 2004, p. 126-127)

Tomado como os princípios destacados por Cleps (2004) e levando em consideração a instalação do supermercado Bompreço no bairro de Casa Amarela em 1966, podemos refletir que a posição espacial do empreendimento comercial se torna estratégica à medida que a área demonstrava potencial pelo volume de negócios, acessibilidade, potencial de crescimento imobiliário do bairro e a minimização de riscos de concorrência, uma vez que a instalação ganha relevância econômica para a cidade do Recife/PE.

Entretanto, as concepções atuais de localização estratégica estão baseadas no estabelecimento de diferentes fatores, que não estão ligados exclusivamente aos fluxos dos comerciantes, mas na capacidade do negócio instalado gerar lucratividade.

A partir da década de 1970, com as modificações na dinâmica habitacional⁴, na cidade do Recife, as atividades comerciais apresentaram profundas transformações. De acordo com Gomes (2007),

⁴ Segundo Villaça (2001), “[...], a orla oceânica recifense começou a se transformar em local de residência permanente das camadas de alta renda” (VILLAÇA, 2001, p. 217)

A cidade do Recife expande-se, assim, em padrões modernos e na esteira do processo de metropolização em diferentes direções, caracterizando em 1951, [...], a marcha que viria consolidar sua mancha urbana, envolvendo subúrbios mais para o oeste norte e sul. O crescimento da zona sul da cidade vai encontrar no bairro de Boa Viagem o ancoradouro da modernidade. É nesse antigo local insalubre e pantanoso que frutificará o projeto de cidade moderna, com monumentais edifícios e concentração de residências da população de maior poder aquisitivo. É nesse bairro que se instala o primeiro shopping center do Estado de Pernambuco, consolidando-o como protagonista do progresso e das inovações. (GOMES, 2007, p. 118)

A este respeito, a migração das atividades comerciais da área central para os principais bairros nobres da cidade proporcionou, dessa maneira, a expansão dos segmentos comerciais populares para a área comercial principal, ou seja, para o centro da cidade (PLANO DIRETOR DO RECIFE, 1991⁵) e, conseqüentemente, para os centros comerciais secundários. Cleps (2004) esclarece que:

no processo de expansão urbana, especialmente das metrópoles, o comércio influencia na valorização e desvalorização das áreas. Ao migrar para a periferia, a atividade comercial concentrou ao seu redor uma série de serviços especializados que acabaram criando novos valores a essas áreas. (CLEPS, 2004, p. 130)

Assim, os centros comerciais secundários, a exemplo de Casa Amarela, Água Fria e Beberibe (zona Norte da cidade, figura 6), tornaram-se áreas comerciais populares e com diversificados segmentos comerciais, como: feiras livres, pequenos comércios de alimentos e de vestuários instalados entorno dos respectivos mercados públicos.

Castilho (1998) faz menção aos seguintes bairros e suas respectivas especializações comerciais:

Casa Amarela com a produção artesanal e comercialização de roupas; Nova Descoberta e Vasco da Gama com os seus marceneiros e reparadores de produtos os mais diversos; Afogados, Beberibe, Casa Amarela, Encruzilhada, Nova Descoberta, Várzea e Vasco da Gama com seus mercados, suas feiras e seus artesãos. (CASTILHO, 1998, p. 83 – grifos nosso)

⁵ Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/planodiretor/>. Acesso: 12 de agosto de 2014.

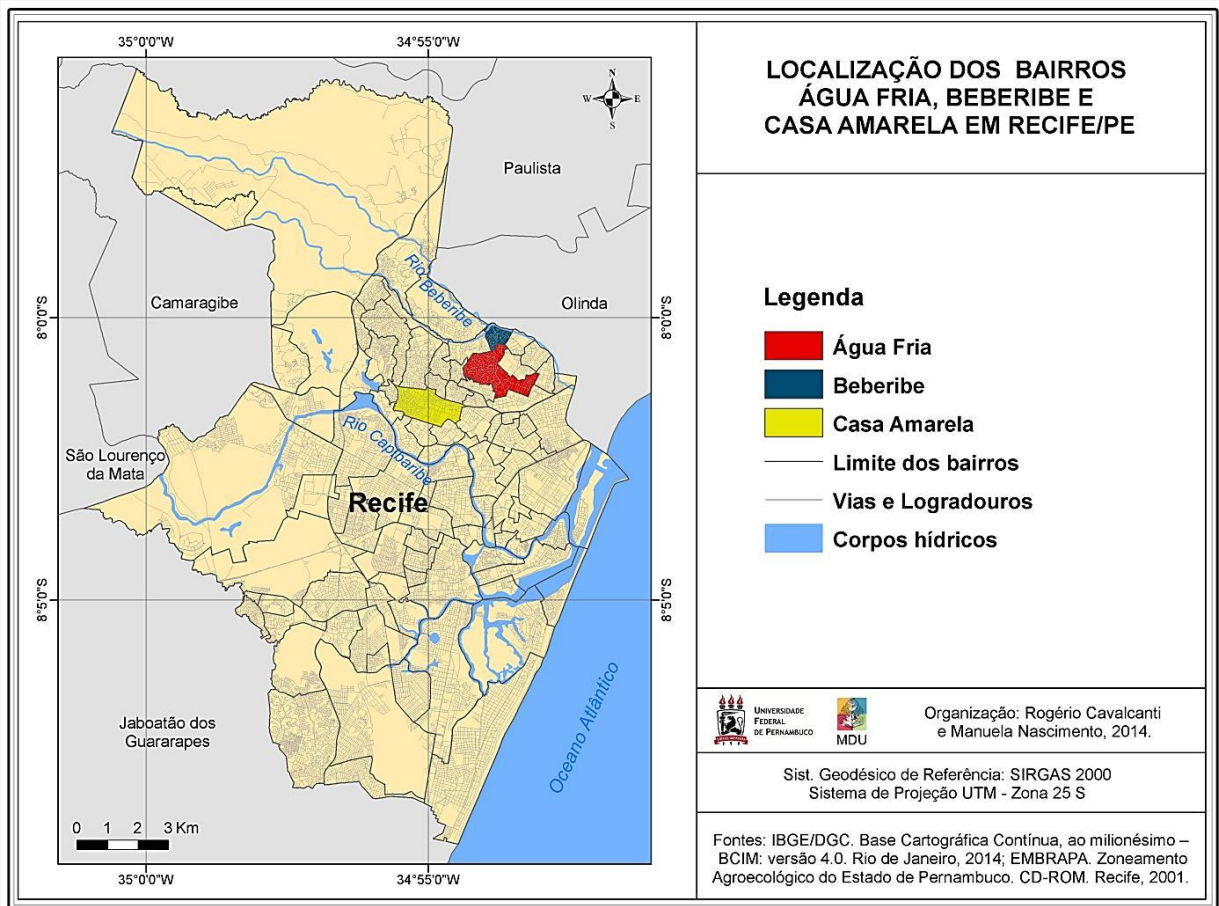


Figura 6 – Localização dos bairros de Casa Amarela, Água Fria e Beberibe, zona Norte da cidade do Recife
Elaboração: Rogério Cavalcanti e Manoela Nascimento, 2014

Partindo desta compreensão, é possível perceber que a organização (concentração e desconcentração) do espaço comercial urbano é regida pela densidade demográfica e pelo nível de renda das populações locais (CASTILHO, 1998). Por sua vez, para atender a esses condicionantes, as formas comerciais especializaram-se de acordo com as demandas (familiar, empresarial e institucional) de consumo inerentes a cada espaço intraurbano.

É a partir desta relação, cidade x comércio, que emergem interpretações e estudos a respeito das questões comerciais e seus impactos envolvendo as suas instalações e as suas expansões, entre eles: as especulações imobiliárias, a violação ao direito à moradia, as remoções ou ameaças de remoção, a gentrificação, a segregação socioespacial, a expulsão do comércio local de pequeno porte etc., que, de maneira geral, direcionam os olhares aos empreendimentos comerciais modernos.

3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA NA RELAÇÃO ESPAÇO URBANO E COMÉRCIO NA CIDADE DO RECIFE/PE

De acordo com os registros documentais, as feiras livres na cidade do Recife foram regulamentadas, em 1964, na gestão do Prefeito Pelópidas da Silveira, por intermédio do Decreto Municipal nº 6.754 (figura 7), que corresponde ao reconhecimento do Poder Público Municipal e designado a sua gestão, na época, pela Secretaria de Abastecimento e Concessões⁶ - S.A.C. Sendo assim, o decreto em questão normatiza o exercício das feiras livres quanto: à duração, à localização, à limpeza, à fiscalização, ao tipo de equipamento utilizado, à carga e à descarga, a atividades exercidas nas feiras, a permissões, a infrações, a penalidades, à titularidade e à documentação dos feirantes, sendo utilizada, desde então, sem nenhuma modificação.

O texto do decreto nº 6.754 se refere, em seu artigo primeiro, ao:

[...] comércio em feiras será exercido na conformidade do presente decreto, atendendo às seguintes condições: a - em logradouros e dias antecipadamente designados pela Secretaria de Abastecimento e Concessões - S.A.C; b - para a venda a varejo de produtos horti-granjeiros e outros gêneros alimentícios; c - por pessoas devidamente autorizadas pelo órgão municipal competente.

Dessa maneira, não dispomos de qualquer outra informação oficial sobre a realidade das feiras livres recifenses no seu período inicial, mas supomos que a gestão pública urbana do período em questão tenha sido bastante rigorosa quanto às questões normativas sobre as feiras. O decreto nos convida a pensar que nesses espaços a limpeza e a organização eram rigorosamente fiscalizadas; os horários estabelecidos eram obedecidos com pontualidade; as bancas enfileiradas em ordem, apresentando toldos e bancos padronizados.

⁶ O que corresponde atualmente com os serviços prestados pela Companhia de Serviços Urbanos do Recife (CSURB).

DECRETO N. 6754 DE 29 DE FEVEREIRO DE 1964

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RECIFE

no uso de suas atribuições,

D E C R E T A:

ART. 1º — O comércio em feiras será exercido na conformidade do presente decreto, atendendo às seguintes condições

- a) — em logradouros e dias antecipadamente designados pela Secretaria de Abastecimento e Concessões — S.A.C.;
- b) — para venda a varejo de produtos horti-granjeiros e outros gêneros alimentícios;
- c) — por pessoas devidamente autorizadas pelo órgão municipal competente.

§ 1º — A Secretaria de Abastecimento e Concessões fixará, ouvido o Sindicato dos Feirantes de Pernambuco, calendário especial das feiras no caso de dias de festas móveis, comemorações públicas, eventualidades, e sempre que o interesse público o exigir.

§ 2º — É proibida a venda de produtos não alimentícios, ressalvados os casos existentes até a publicação deste Decreto.

ART. 2º — As normas gerais de Administração e funcionamento das feiras serão baixadas pela S.A.C., obedecendo às disposições do presente Decreto, inclusive no que se refere a determinação das áreas dos seus logradouros e das destinadas ao descarregamento dos caminhões transportadores de mercadorias, bem como dos trechos para passagem de veículos e de pedestres.

§ 1º — Não será permitida a localização de novas feiras em distâncias inferior a 200 metros de cemitérios ou estabelecimentos hospitalares.

§ 2º — Os bancos, barracas e tabuleiros não poderão ser localizados na entrada de garagens e de portões de fábrica.

ART. 3º — Encerrada a feira, proibido deixar, na via pública, barracas, bancos, tabuleiros ou quaisquer espécies de materiais.

ART. 4º — As feiras serão designadas por numeração, sem prejuízo de suas denominações tradicionais.

ART. 5º — As feiras serão divididas em setores, localizados, sempre que possível, em arruamentos distintos, observando-se, na sua organização, o agrupamento dos artigos da mesma espécie.

ART. 6º — As feiras serão extintas nos casos seguintes:

- a) — quando, após 4 (quatro) vezes consecutivas, não apresentarem número superior a 20 (vinte) bancos, barracas ou tabuleiros em funcionamento;
- b) — quando prejudiciais ao trânsito de vias de maior importância;
- c) — quando da existência de mercados com capacidade para atendimento da demanda local;
- d) — quando o interesse público justificar a sua extinção, ouvido o Sindicato dos Feirantes de Pernambuco e a critério da Secretaria de Abastecimento e Concessões — S.A.C.

§ 1º — Nos casos das alíneas "b" e "c", e a critério exclusivo da Secretaria de Abastecimento e Concessões, poderão as feiras, em vez de extintas, ser deslocadas.

CAPÍTULO II

Do Comércio e sua Classificação

ART. 7º — A S.A.C. fiscalizará, no comércio das feiras, a observância da tabela preço-teto dos produtos expostos a venda, que houver sido estabelecida pela entidade competente.

Figura 7 - Folha original do Decreto Municipal nº 6.754

Fonte: Sistema de Busca de Legislação Municipal do Recife (LEGIS). Disponível em: <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/decreto/06754/original/1/>. Acesso: 02 de dezembro de 2014.

No decreto em questão, estão definidos os equipamentos (barraca, banco e tabuleiro⁷) utilizados pelos feirantes, que, na época, não poderiam ser fixos que, em tese, demonstra o caráter itinerante das feiras livres e dos feirantes na comercialização de seus produtos na cidade. Esse modelo migratório dos feirantes, atualmente, é justificado por eles como uma forma estratégica de manutenção e de resistência perante a concorrência comercial com os supermercados e os hipermercados (CAVALCANTI, 2013).

Segundo reportagem do jornal Diário de Pernambuco (figura 8), o decreto composto por 41 artigos e assinado pelo então prefeito na época, Pelópidas da Silveira, passou a vigorar a partir do dia 15 de março de 1964. Nesse sentido, a partir da data em vigor, os feirantes tiveram um prazo de 90 dias para realizar suas matrículas, exigindo para que a prefeitura conceda a matrícula, de acordo com a reportagem, o exame de saúde dos feirantes.



Figura 8 – Reportagem do Diário de Pernambuco de março de 1964 sobre a regulamentação das feiras livres na cidade do Recife/PE

Fonte: Diário de Pernambuco/Arquivo Público

Outro ponto de destaque, no decreto em questão, refere-se às normas de extinção das feiras que acontecem quando:

- a) [...] após 4 (quatro) vezes consecutivas, não apresentarem número superior a 20 (vinte) bancos, barracas ou tabuleiros em funcionamento;
- b) quando prejudiciais ao trânsito de vias de maior importância;
- c) quando da existência de mercados com capacidade para atendimento da demanda local;
- d) quando o interesse público justificar a sua extinção, ou devido ao Sindicato dos Feirantes de Pernambuco e a critério da Secretaria de Abastecimento e Concessões – S.A.C.

⁷ Os equipamentos definidos e utilizados pelos feirantes apresentam diferenciações, dessa maneira quando nos referimos ao termo *barraca*: armação coberta; *banco*: armação coberta; *tabuleiro*: armação sem coberta.

Vale destacar que, atualmente, a extinção de uma feira livre no Recife acontece não por ocorrência das normas descritas, mas, muitas vezes, pelos próprios feirantes que deixam de frequentar determinadas áreas por entender que economicamente o local não está sendo atrativo. No entanto, o processo de transferência da feira livre de uma via pública principal para uma secundária ou pátio é decorrente de dois fatores: (i) pela análise da Companhia de Serviços Urbanos do Recife (CSURB) sobre as questões da mobilidade urbana, em outras palavras, caso a feira livre esteja dificultando a mobilidade e a acessibilidade local, ela será relocada para uma área próxima; (ii) pela solicitação da população local ou dos próprios feirantes por diversos motivos, entre eles estão as relacionadas a acessibilidade e a mobilidade dos pedestres, além da infraestrutura da localidade etc.

Segundo dados fornecidos pela CSURB⁸, atualmente no Recife estão cadastradas e distribuídas 23 feiras livres (figura 9), correspondendo num universo de 3.600 bancas em toda a cidade. Contudo, segundo Nóbrega (2002), na década de 1960, o total de feirantes era aproximadamente 7.000 distribuídos em toda a cidade e que, em 1979, eram contabilizados 2.500 feirantes. Em 2002, ainda de acordo com a autora, a cidade do Recife apresentava aproximadamente 2.000 feirantes. Em 2014 o universo de feirantes na cidade do Recife é composto, aproximadamente, por 4.000 feirantes cadastrados e distribuídos nas 23 feiras livres. Dentre os dados apresentados, destaca-se, por sua vez, o salto histórico nas informações, principalmente no que se refere a explicações acerca da redução e do aumento no quantitativo de feirantes nos anos apresentados.

⁸ Dados fornecidos pela CSURB, em dezembro de 2014.

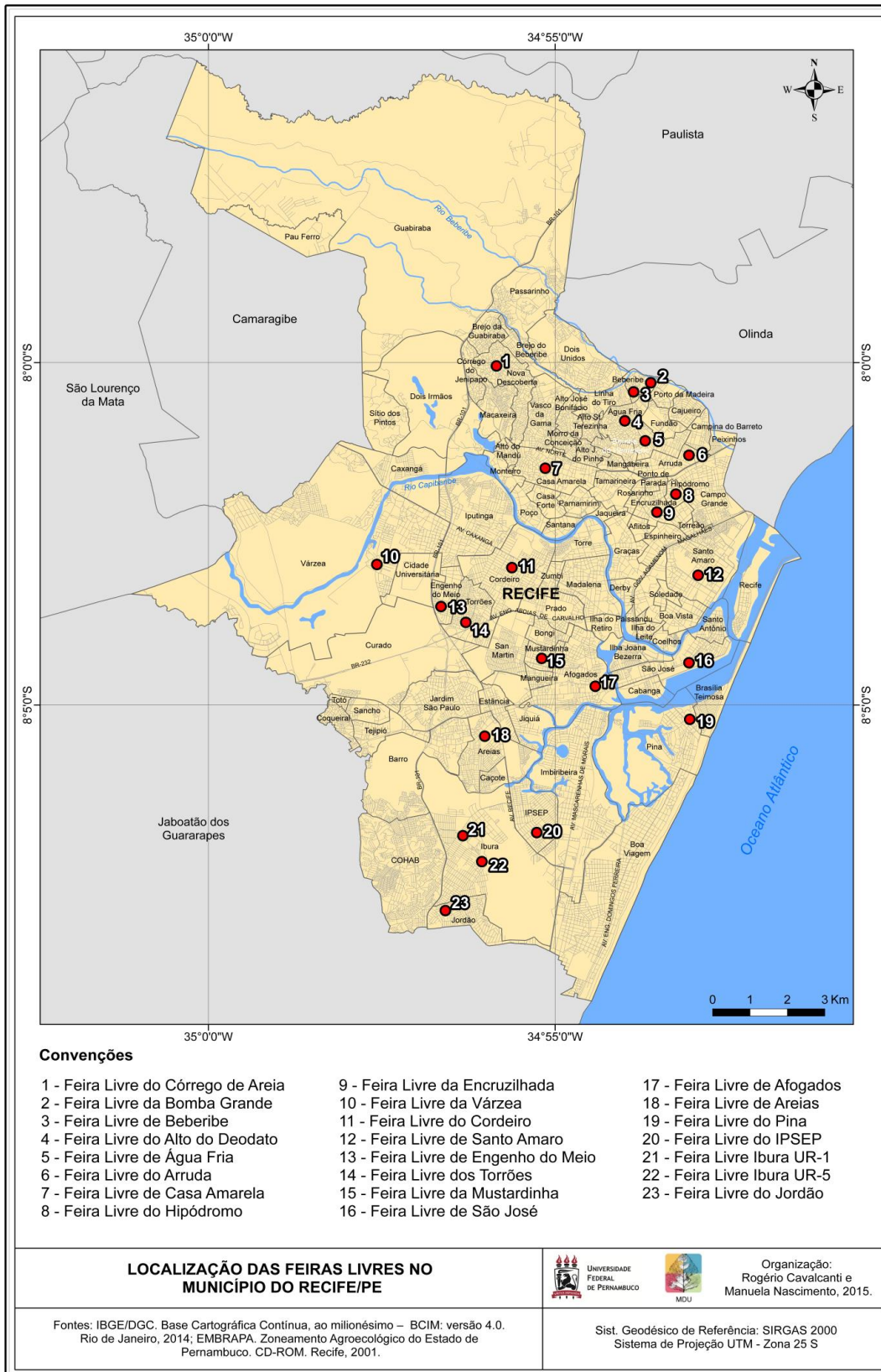


Figura 9 – Localização das Feiras Livres no Recife/PE
Organização: Rogério Cavalcanti e Manuela Nascimento, 2015.

Em março de 2015 o Recife completou 478 anos de existência e apesar de se tratar de uma cidade com mais de quatro séculos não sabemos ao certo há quanto tempo a Feira Livre de Casa Amarela vive. Mesmo que, não existam dados oficiais, em pesquisas realizadas no acervo iconográfico do Museu da Cidade do Recife apontam duas datas (23 de outubro de 1980 e 11 de maio de 1984 – figuras 10 e 11) que estão relacionadas à inauguração da feira em questão. No entanto, não encontramos nenhum relato sobre os eventos de inauguração nos principais jornais do Recife (Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio) em pesquisas no acervo do Arquivo Público Estadual. Certamente, os registros iconográficos devem se referir à inauguração de partes do atual pátio da Feira Livre de Casa Amarela.



Figura 10 – Inauguração da Feira de Casa Amarela em 1980
Fonte: Museu da Cidade do Recife

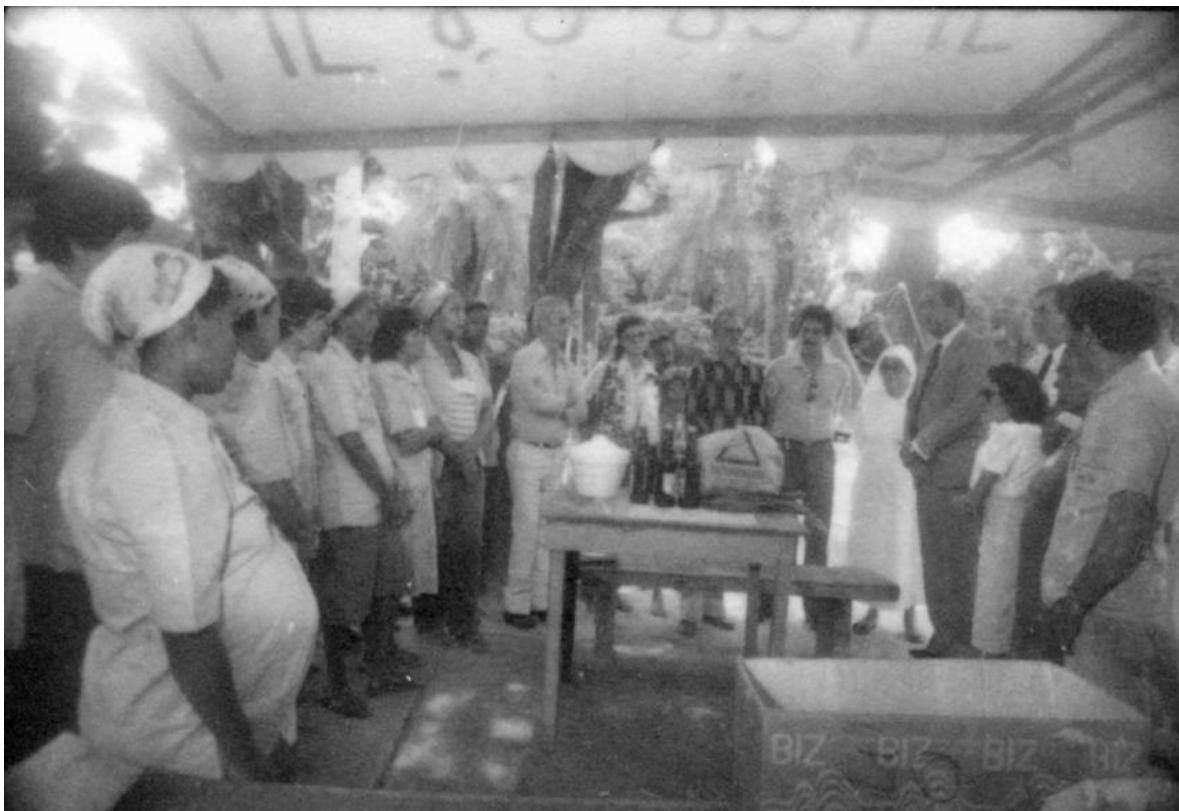


Figura 11 – Secretário de Abastecimento, Romildo Gomes, inaugura Feira Livre de Casa Amarela, 1984
Fonte: Museu da Cidade do Recife.

A origem da Feira de Casa Amarela ainda é, portanto, uma incógnita, já que as fontes documentais não conseguiram revelar o ano em que a feira surgiu, nem sua localização antes da construção do atual Pátio. Nesse sentido, as lacunas das fontes históricas condicionam o surgimento de versões populares sobre o período de surgimento da Feira em questão.

O que nos chama atenção é uma reportagem veiculada pelo Jornal Diário de Pernambuco, em 25 de outubro de 1980 (figura 12), que consta sobre a inauguração da Feira Livre no bairro de Areias, que compõe a RPA-5 (zona sudoeste) da cidade do Recife/PE. Na reportagem, são relacionadas feiras em outros bairros que funcionam na cidade, inclusive reporta à Feira de Casa Amarela que, segundo a notícia, está localizada na Praça do Trabalho e não faz nenhuma menção ao Largo de Casa Amarela. Por sua vez, isso pode ser, talvez, mais uma comprovação das lacunas nas fontes históricas sobre a Feira aqui analisada.



Figura 12 – Reportagem do Jornal Diário de Pernambuco veiculada em 25 de outubro de 1980
Fonte: Arquivo Público Estadual de PE. Foto: Rogério Cavalcanti, 2015

Todavia, segundo relatos colhidos por Lins (2007),

A feira de frutas e verduras ia desde os Correios, na Estrada do Arraial, pelo meio da rua, que era fechada para os veículos nos dias de sexta e sábado. Hoje, está restrita ao Largo, que é bastante grande, embora as calçadas fiquem tomadas por vendedores ambulantes. O trânsito fica livre. (LINS, 2007, p. 91)

A figura 13 ilustra o que Lins (2007) descreve em seu livro, *Mercados do Recife*, contudo, no relato do autor o ano em que o evento acontece. Enquanto isso, por um lado, alguns relatos de feirantes antigos afirmam que a feira existia antes da construção do Mercado Público de Casa Amarela, por outro, comentários afirmam que ela surge anos após a construção do referido Mercado Público, que foi inaugurado em 9 de novembro de 1930 e construído a partir da estrutura de ferro remanescente do Mercado da Caxangá (LINS, 2007).



Figura 13 – Antigo local da Feira Livre de Casa Amarela
Organização: Rogério Cavalcanti e Manuela Nascimento, 2014.

Enquanto isso, outros feirantes entrevistados afirmam que a Feira Livre de Casa Amarela encontrava-se localizada ao longo da Rua Padre Lemos e que acontecia de quarta a sábado, antes da construção e transferência dos feirantes para o Pátio da Feira, no entanto os entrevistados não souberam informar exatamente o ano desse acontecimento. Nas imagens a seguir (figura 14), datadas da década de 1980, podemos visualizar que a Feira Livre de Casa Amarela estava localizada no atual pátio.



Figura 14 – Feira Livre de Casa Amarela no atual pátio (11.01.1980) / Foto: Narciso Lins
Fonte: Museu da Cidade do Recife

No entanto, é a partir de 2001 que a Feira de Casa Amarela funciona de forma permanente⁹ no atual pátio (figura 15). Apesar de funcionar diariamente, nos momentos em que a feira em questão não funcionava diariamente, o espaço público servia de palco para as partidas de futebol dos garotos que residiam no bairro, conforme relata um funcionário da CSURB. O maior fluxo de feirantes e de fregueses acontece entre os dias de quinta a sábado. Muitas vezes as bancas são alugadas a outros feirantes para comercializarem de segunda a quarta. Atualmente, o ambiente da feira, apesar das dificuldades em infraestrutura, é considerado agradável para os agentes socioespaciais que fazem todos os dias a Feira Livre de Casa Amarela, os feirantes e os fregueses.

⁹ De segunda a sábado.



Figura 15 – Vista parcial da Feira de Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014.

As múltiplas histórias, formais ou informais, de formação da Feira de Casa Amarela nos remetem sobre a relação que a cidade do Recife apresenta com as atividades comerciais. A permanência histórica da Feira no bairro de Casa Amarela destaca as práticas, as expressões e os conhecimentos do lugar perante as relações socioespaciais dos feirantes confere valores culturais urbanos que garantem traços de apropriação.

Por fim, os relatos apresentados no texto convergem para a necessidade de um resgate histórico não somente da Feira Livre de Casa Amarela, mas ao certo ponto, das Feiras Livres localizadas na área urbana recifense permitindo que a relação cidade x atividades comerciais seja analisada e discutida a partir de novos arranjos funcionais e usos dos espaços públicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre os espaços urbanos e as atividades comerciais, especialmente as Feiras Livres, foi o motor inicial deste texto. Dessa forma, a partir das considerações sobre a Feira Livre de Casa Amarela, procurou-se compreender essa relação, analisada muitas vezes, de maneira dissociada. Nesse contexto, compreender as facetas desta relação e o percurso histórico por ela vivido remete captar como se deram seus processos e a construção do espaço urbano recifense.

Sendo assim, analisando as histórias acerca da Feira Livre de Casa Amarela, podemos concluir que as atividades comerciais, na cidade do Recife/PE, tiveram participação fundamental em sua formação urbana. No entanto, a Feira Livre de Casa Amarela, mesmo com sua importância na cidade do Recife/PE, é um exemplo, entre tantas outras feiras livres, da ausência de informações sobre seu processo de formação e consolidação no espaço urbano.

Desse modo, a ausência de informações históricas reflete, muitas vezes, nas formas como a gestão pública apresentam modelos de intervenções urbanísticas as Feiras Livres. Assim, o diálogo aberto e propositivo com os agentes socioespaciais envolvidos não são consolidados e aplicados de maneira coletiva com a finalidade de garantir a consolidação e o estabelecimento da cultura e da memória local.

Se por um lado, as múltiplas informações históricas, seja de caráter empírico ou documental, nos conduzem a dúvidas acerca do tempo de existência da Feira Livre de Casa Amarela. Por outro, essas mesmas informações (ou ausências delas) tornam possíveis questionar e incentivar os pesquisadores, que atuam na investigação sobre o terciário, consumo e produção do espaço, a buscarem compreender seus objetos de pesquisa além das formas e de suas funcionalidades nos espaços urbanos.

5. REFERÊNCIAS

- ALVES, Paulo Reynaldo Maia. *Valores do Recife: o valor do solo na evolução da cidade*. Recife. Luci Artes Gráficas Ltda. 2009.
- ARAÚJO, Maria do Socorro Pedrosa de. *O comércio informal no centro expandido do Recife*. Cadernos de Estudos Sociais – Recife, v. 27, n. 1, p. 29-48, jan./jun., 2012.
- BERNARDO, Julio. *Dias de feira*. 1. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BIONE, Marcelo Mara. *“Além das Cores”: um comparativo entre o modelo de interpretação ambiental e os planos de valorização do bairro do Recife nas décadas de 1980 e 1990*. Recife, 1999. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 1999.
- BOMPASTOR, Sylvia Couceiro. *Cidade moderna x trabalho urbano: a questão do comércio ambulante no Recife nos séculos XIX e XX*. In: Caderno de Estudos Sociais, Recife, v. 10, n. 1, p. 25-40, jan-jun. 1994.
- CAMPOS, Heleniza Ávila. *Comércio na área central do Recife (PE-Brasil): novos e antigos conceitos acerca da história da cidade*. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (57), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-57.htm> <acessado em 01 de jan. de 2014>.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. *As atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano: uma “nova” perspectiva para a análise geográfica*. Revista de Geografia. Recife: UFPE/DCF- NAPA, v.14, n. ½, jan./dez., 1998.
- CATARINO, Acácio Lopes. *Considerações sobre o comércio ambulante nos inícios do século XIX*. Revista Arrecifes, n 1, 1985.
- CAVALCANTI, Rogério Luiz Souto. *A dinâmica atual da feira livre do Cordeiro, Recife-PE: circuitos econômicos urbanos, funcionalidades e aspectos do comércio*

- varejista “tradicional” e “moderno” / Rogério Luiz Souto Cavalcanti. – Recife: O autor, 2013.
- CLEPS, Geisa Daise Gumiero. *O Comércio e a Cidade: novas territorialidades urbanas. Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 16, nº 30, p. 117 – 132, jun. 2004.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. *Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica*. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.
- LINS, Marcelo. *Mercados do Recife*. Recife: Marcelo Lins, 2007.
- MEDEIROS, Jorge França da Silva. *As feiras livres em Belém (PA): dimensão geográfica e existência cotidiana*. Belém, PA, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPA, 2010.
- MELO, Maria C. Lacerda de. *A relação dos mercados públicos de São José e da Boa Vista com a Cidade do Recife entre 1820 a 1875*. Orientadora Virgínia Pontual. – Recife, 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2011.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2007.
- MOTA, Mauro. *Mercados e feiras*. Revista do Arquivo Público, v. 1 – jan./jun. 1946 – Recife, Arquivo Público Estadual, 1946.
- NÓBREGA, Maria de Lourdes Carneiro da Cunha. *Um estudo sobre as formas de apropriação do espaço público urbano pelos comerciantes de rua na cidade do Recife*. Recife, 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2002.
- SOKOLWSKI, Robert. *Introdução à Fenomenologia*. Edições Loyola, 2004.
- VARGAS, Heliana Comin. *Comércio e Cidade: uma relação de origem*. 2000 Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labcom/produtos/2000_vargas_comerciocidaderelacaorigem.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2.ed. – São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn* – Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Artigo recebido em: 30/10/2016

Aceito em: 01/12/2016